Assuntos : “Insuficiência para a decisão da matéria de facto”.
Contradição insanável da fundamentação.
Litigância de má-fé.
Condenação em multa.

SUMÁRIO

1. O vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto define-se em função da matéria de facto tida com provada, com a sua inaptidão para decisão de direito proferida, ou seja, quando do texto da decisão, não constam todos os factos pertinentes à subsunção no preceito legal por falta de apuramento de matéria.
2. Por sua vez padece uma decisão do vício de contradição insanável da fundamentação quando se constata incompatibilidade não ultrapassável, entre os factos provados, entre estes e os não provados, ou entre a fundamentação probatória e a própria decisão.
3. Sobre as partes impende um dever geral de boa fé, traduzindo-se, essencialmente, a má fé processual, na utilização abusiva do processo e na violação do dever de agir com verdade e probidade, isto é, o dever de, não formular pedidos ilegais, não articular factos contrários à verdade, nem requerer diligências meramente dilatórias.
4. O artº 385º do C.P.C.M. – também aplicável em processo penal – prevê (apenas) a condenação em multa, da “parte” que no processo tiver

litigado de má-fé.

5. Constatando-se má-fé do mandatário (ou defensor oficioso advogado), deve o Tribunal, em harmonia com o estatuído no artº 388º do dito C.P.C.M., (apenas) da mesma dar conhecimento à Associação de Advogados de Macau.

O Relator,
José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. “A”, com os restantes sinais dos autos, não se conformando com o despacho judicial que o declarou litigante de má-fé e o condenou na multa de 10 unidades de conta (MOP\$5.000,00), do mesmo veio recorrer para esta Instância.

Motivou para concluir que:

- “1- *Não ficou demonstrado no Despacho recorrido que o recorrente tenha actuado com dolo ou com negligência grave;*
- 2- *Nesta parte, o Despacho recorrido não permite que o recorrente se defenda, nem permite a Vossa Excelências pronunciarem-se quanto à actuação do recorrente;*
- 3- *São, pois, insuficientes os factos narrados, no Despacho, para a decisão assumida, o que consubstancia o vício da alínea a), do nº 2, do artº 400º, do CPPM;*

- 4- *Diz-se no Despacho que o ora recorrente requereu a conexão dos processos com vista à celeridade processual;*
- 5- *Depois afirma-se no Despacho recorrido que o pedido de conexão de processos foi meramente dilatório;*
- 6- *Daqui resulta, de certa forma, a contradição insanável da fundamentação que consubstancia o vício da alínea b), do n° 2, do art° 400°, do CPPM;*
- 7- *O recorrente na altura da formulação do seu requerimento não estava em condições de saber, com certeza e segurança, se o “B” também era arguido no PCC-110-01-1 ou não;*
- 8- *Nessa altura o ora recorrente ainda não havia sido notificado da tradução da acusação e da pronúncia deduzidas no PCC-110-01-1;*
- 9- *O Magistrado do M°P°, na sala de audiências, não se pode pronunciar sobre o requerimento do ora recorrente em virtude das ditas peças processuais se encontrarem redigidas em chinês, língua que não domina;*
- 10- *Não se opôs o Magistrado do M°P° a que o Colectivo proferisse imediatamente Despacho a deferir ou indeferir o requerimento do ora recorrente;*
- 11- *O Colectivo poderia imediatamente proferir Despacho, de deferimento ou indeferimento, sobre o requerido, uma vez que todos esses Magistrados dominam a língua chinesa e puderam nessa altura consultar o PCC-110-01-1 que se encontrava na sala de audiências;*

12- Em vez disso, o Colectivo decidiu adiar sine die o julgamento de que se trata;

13- O Despacho recorrido violou o disposto nos artºs 385º, nº 1 e nº 2, alínea a) do CPC, e mostra-se eivado dos vícios do artº 400º, nº 1 e nº 2, alínea b) do CPPM”; (cfr. fls. 2 a 9 que, como as que adiante se vierem a referir, dão-se como reproduzidas para todos os legais efeitos).

Juntou documentos; (cfr. fls. 10 a 15).

*

Oportunamente, respondeu o Digno Magistrado do Ministério Público.

Considerando que a conduta subjacente à condenação recorrida não configurava “negligência grave a que alude o artº 385º, nº 2 do C.P.C.M.”, opinou no sentido da procedência do recurso; (cfr. fls. 16 a 21).

*

Admitido o recurso, foi o mesmo remetido a este T.S.I..

*

Na vista que dos autos teve, juntou o Ilustre Procurador-Adjunto douto Parecer no qual pugna pela improcedência do recurso; (cfr. fls. 77 a 80).

*

Proferido que foi despacho preliminar (cfr. fls. 81), colhidos os vistos legais dos Mmº Juízes Adjuntos, e não constituindo a decisão recorrida

“decisão final”, vieram os autos à conferência; (cfr. artº 409º do C.P.P.M.).

*

Nada obstando, cumpre, agora, apreciar e decidir.

Fundamentação

2. Dos factos

O exame dos autos leva-nos a deles extrair os seguintes acontecimentos de facto com relevo para a decisão da presente lide recursória:

– O ora recorrente é advogado inscrito na Associação de Advogados de Macau.

– No âmbito do processo ora registado no T.J.B. como Processo Comum Colectivo nº 110-01-1, foi constituído mandatário judicial do (aí) arguido “C”.

– Nesta qualidade, no dia 04.10.2001, presenciou ao interrogatório do referido arguido.

– Posteriormente, no dia 18.12.2001, estando os autos na fase da Instrução, interviu no debate instrutório, onde, fazendo uso da palavra, alegou e pediu a não pronúncia assim como a imediata libertação do seu constituinte.

– Imediatamente a seguir ao dito debate instrutório, proferiu a Mm^a

J.I.C. que o dirigiu, despacho no qual recebeu a acusação deduzida pelo Ministério Público, pronunciando os arguidos “C”, “D” e “E” pelos crimes pelos quais vinham acusados.

– De tal despacho – como da acta consta – “foram notificados todos os presentes, nos termos do artº 290º, nºs 1 e 2 do C.P.P.M.”; (cfr. fls. 46 a 52).

– No dia 21.01.2002, teve lugar a primeira sessão de julgamento do PCC nº 062-01-3.

– Eram arguidos deste processo o mesmo “C”, “F”, “B” e “G”.

– Não se encontrando presente o defensor officioso do arguido revel “B”, foi o ora recorrente nomeado em sua substituição.

– Declarada aberta a audiência de julgamento e após pelo Tribunal deferido um pedido de audiência em separado dos arguidos, pediu o ora recorrente - na qualidade de defensor officioso do arguido “B” - a palavra, e concedida que foi, ditou para a acta o requerimento seguinte:

“Compulsada a acusação do presente processo, verifica que a maior parte dos factos por que o arguido vem acusado correspondem exactamente aos mesmos por que se encontra acusado num outro processo nº PCC-110-01-1 que corre termos pelo 1º Juízo deste douto Tribunal e que se encontra na mesma fase processual.

Quais sejam, os factos de que se trata, aqueles que se prendem com a colaboração, isto é, a comparticipação dos mesmos sujeitos processuais na distribuição, venda e co-divisão dos supostos lucros desse mesmo suposto

tráfico de estupefacientes.

Os factos encontram-se em ambas as acusações delineados da mesma forma, ou seja, era o arguido “C” quem entregou esses ditos produtos ao arguido “B” e este por sua vez entregava ao co-arguido “F” que vendia a prostitutas na RAEM.

O mesmo se dirá em relação à situação de entrada ilegal em Macau por parte do arguido “F” no que concerne ao crime de acolhimento por que vem acusado o arguido “B”.

Aqui difere apenas o facto de se encontrar acusado pela prática deste crime o arguido “B” e no outro processo o arguido “C”.

Daqui resulta, na modesta opinião de defesa, que se encontram preenchidos os pressupostos legais dos artºs 15º, 17º e 18º do C.P.P.M..

Requerer portando se digne o douto colectivo ordenar a apensação, conexão, dos processos de que se trata, com vista à celeridade processual, com vista a que os arguidos não sejam julgados duas vezes pela prática dos mesmos factos e com vista, finalmente, à efectiva descoberta, “in totum”, da verdade material”; (cfr. fls. 24-v a 25).

– Após ouvir o Digno Magistrado do Ministério Público, determinou o Colectivo o adiamento “sine die” da audiência; (cfr. fls. 25-v).

Oportunamente, neste mesmo processo PCC nº 062-01-3, emitiu o Digno Magistrado do Ministério Público o seguinte Parecer:

“Confrontando as acusações de fls. 268/270 e 380/383, importa dizer que apenas há conexão subjectiva no que tange ao 1º arguido “C”, sendo os

demais diferenes, nomeadamente o 3º arguido neste processo – cujo ilustre advogado, cfr. acta de fls. 374/375, requereu a incorporação com vista a um único julgamento – “B”, que não figura, como tal, na acusação a que se reporta a tradução de fls. 380/383.

Porque assim e salvo melhor entendimento, não me parece que estejamos numa situação cuja conexão determina, nos termos do disposto nos artºs 15º e 18º do C. P. Penal uma apensação ou incorporação processual, na medida em que, com excepção do 1º arguido, inexistente conexão subjectiva.

Nesta conformidade, p. se designe data para julgamento”.

– Conclusos os autos à Mmª Juiz titular do processo, proferiu esta Exmª Magistrada Despacho com o teor seguinte:

“O ilustre defensor oficiosamente nomeado do arguido “B” requereu na audiência no dia 21 de Janeiro de 2002 “a apensação, conexão dos presentes autos com o processo nº PCC-110-01-1, por se entender que a maior parte dos factos por que o arguido vem acusado nos presentes autos correspondem aos mesmos por que se encontra acusado noutra, com vista à celeridade processual e à efectiva descoberta, “in totum”, da verdade material”.

O Ministério Público, no duto parecer que antecede, opõe-se à conexão dos processos por não se mostrar preenchidos os requisitos legais-

Analizado e consultado melhor o processo comum colectivo nº 110-01-1 indicado pelo ilustre defensor, nomeadamente o despacho de pronúncia proferido, verifica-se que o arguido “B”, a que o ilustre defensor representa, nunca foi constituído como arguido naquele processo nem chegou

a ser pronunciado pelo Tribunal de Instrução Criminal.

Não tendo o “B” sido constituído arguido no processo n° PCC-110-01-1, nem sequer foi chamado a intervir nos autos, não é possível, como é evidente, haver lugar a tal conexão requerida pelo ilustre defensor, ao abrigo do disposto do art° 15° e 16° do C.P.P.M., pois só se fala de conexão quando o mesmo agente cometeu vários crimes ou vários agentes cometeram mesmo facto ilícito ou vários factos ilícitos.

Assim sendo, atenta a douta promoção do M°P° e ao abrigo do disposto do art° 15° e 16° do C.P.P.M., indefiro a apensação ou incorporação do processos requerida, por ser manifestamente infundada.

Por outro lado, tendo em consideração o teor do requerimento do ilustre defensor e o facto de que o mesmo advogado é defensor constituído do arguido “C” no processo comum colectivo n° PCC-110-01-1, quem acompanhou o andamento do processo desde o início de inquérito (1° interrogatório judicial e não judicial) e assistiu o debate instrutório aí realizado, o ilustre advogado devia conhecer perfeitamente quais são os arguidos acusados e pronunciados nestes autos, bem como os actos pelos quais os arguidos foram pronunciados.

Neste termos, o ilustre defensor não devia ignorar a manifesta falta de fundamento do seu requerimento da conexão, o que se trata meramente de diligência dilatória, e com esse requerimento sem fundamento fez adiar o julgamento com arguido preso, assim sendo, deve ser condenado por litigância de má fé nos termo da alínea a) dos n° 2 e n° 1 do art° 385° do C.P.C.M..

Não obstante o ilustre advogado estar em juízo em defesa do 3°

arguido “B”, julgado à revelia, porém, o mesmo só foi nomeado, no início de audiência, em substituição da sua colega faltosa, não sendo possível, assim, qualquer contacto prévio com esse arguido, pelo que a pretensão infundada requerida pelo defensor nomeado não devia imputar- ao seu representado.

Nestes termos, ao abrigo do disposto do artº 385º, nº 1 e 2, alínea a) do C.P.C. de 1999, ex vi, artº 4º do C.P.P.M. e o artº 101º, nº 2 do R.C.T., decide condenar o advogado na multa de 10 UC por litigância de má fé.

Notifique.

Conclua os autos ao Mmº Juiz Presidente do Tribunal Colectivo para sugerir nova data de julgamento”; (cfr. fls. 32 a 33).

– Inconformando com o assim decidido, recorreu o referido defensor oficioso, motivando e concluindo como atrás se deixou consignado.

3. Do direito

Insurge-se o ora recorrente, imputando à decisão recorrida os vícios de **(a)** “insuficiência dos factos para a decisão”, **(b)** “contradição insanável da fundamentação” – cfr. artº 400º, nº 2, al. a) e b) do C.P.P.M. – e ainda o de **(c)** violação ao artº 385º, nº 1 e 2 do C.P.C.M.

Vejamos se lhe assiste razão.

(a) Quanto ao vício da “insuficiência ...”

Tal “insuficiência”, como tem sido unanimemente entendido,

define-se em função da matéria de facto tida com provada, com a sua inaptidão para decisão de direito proferida, ou seja, quando do texto da decisão, não constam todos os factos pertinentes à subsunção no preceito legal por falta de apuramento de matéria; (cfr., v.g., o Ac. do T.U.I. de 22.11.2000, Proc. nº 17/2000; de 07.02.2001, Proc. nº 14/2000; de 16.03.2001, Proc. nº 16/2000 e, mais recentemente, os Acs. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 10/2002; de 28.02.2002, Proc. nº 3/2002 e de 16.05.2002, Proc. nºs 26 e 41/2002; no mesmo sentido, vd., Prof. G. Marques da Silva in, “Curso de Processo Penal”, Editorial Verbo, 2000, pág. 339 e 340 e, L. Henriques e S. Santos in, “C.P.P.M. Anot.”, pág. 819 e 820).

No presente caso, entende o recorrente que se incorreu em tal vício dado que na decisão recorrida não se explicitou se o recorrente, com o requerimento de apensação de processos que deduziu, agiu com dolo ou negligência grave; (cfr. conclusões 1ª a 3ª).

Na verdade, assim sucedeu. Porém não cremos que tal “falta”, constitua o “vício” pelo recorrente assacado à decisão recorrida.

No despacho ora objecto da presente lide recursória, descreveu (adequadamente) a Mmª Juiz que o proferiu, a conduta do recorrente, e, considerando-a subsumível ao preceituado no artº 385º, nº 1 e 2, al. a) do C.P.C.M. (aqui aplicável), declarou-o “litigante de má-fé” e condenou-o na multa de 10 UCs.

Não descortinamos assim o imputado vício, já que na decisão recorrida se expôs a factualidade que serviu de base à respectiva decisão de

direito. Efectivamente, melhor seria que se tivesse expressamente consignado se o ora recorrente agiu com dolo ou negligência grave. Todavia, tal “omissão”, não constitui lacuna imprescindível, impedindo uma decisão de direito. Outra questão, será a do acerto ou desacerto do decidido, que em nada se relaciona com o vício “sub iudice”, e que por isso, infra se apreciará.

Nesta conformidade, sem necessidade de mais alongadas considerações, nesta parte, improcede o recurso.

(b) Quanto à “contradição insanável da fundamentação”.

Aqui, afirma o recorrente que a decisão recorrida padece de tal vício dado que aí se diz que o recorrente requereu a conexão de processos com vista à celeridade processual, afirmando-se de seguida que o mesmo pedido de conexão foi meramente dilatório; (cfr., conclusões 4^a a 6^a).

“Quid iuris”?

Na esteira do também firmemente entendido, é de se considerar que uma decisão padece do vício “de contradição insanável da fundamentação” quando se constata incompatibilidade não ultrapassável, entre os factos provados, entre estes e os não provados, ou entre a fundamentação probatória e a própria decisão; (cfr., v.g., para além dos Acs. do T.U.I. citados, os recentes Acs. deste T.S.I. de 24.01.2002, Proc. n° 59/2001 e de 07.03.2002, Proc. n° 228/2001, assim como os autores citados).

Nestes termos, perante a alegação feita pelo recorrente, poder-se-ia, à

primeira vista, concluir assim ser, (já que ora se diz que a finalidade do pedido de apensação era a celeridade processual e depois, em sentido oposto, se afirma, que o mesmo constituía um pedido com intuitos dilatatórios).

Todavia, assim não é.

Sucedeu foi que, quando no despacho recorrido consignou a Mm^a Juiz “a quo” que com o requerimento se visava “celeridade processual”, se estava a transcrever parte do requerimento do recorrente ditado para a acta da audiência de julgamento, e, por sua vez, quando se afirmou que tal pedido constituía um “pedido dilatatório”, estava-se a apreciar o mesmo requerimento.

Basta aliás ler o despacho recorrido – e atentar-se nas aspas apostas no seu primeiro parágrafo – (ou o próprio requerimento em causa), para se concluir que onde se refere à “celeridade processual” se está apenas a “relatar a questão” e que a apreciação da mesma, tem início no terceiro parágrafo do despacho ora em crise.

Nestes termos, óbvio é inexistir qualquer contradição, pelo que, também nesta parte, improcede o recurso.

Passemos para a última questão colocada.

(c) Da violação do disposto no artº 385º, nº 1 e 2, al. b) do C.P.C.M.

O referido preceito, sob a epígrafe de “litigância de má-fé”, estatui que:

- “1. Tendo litigado de má fé, a parte é condenada em multa.
2. Diz-se litigante de má fé quem, com dolo ou negligência grave:
 - a) Tiver deduzido pretensão ou oposição cuja falta de fundamento não devia ignorar;
 - b) Tiver alterado a verdade dos factos ou omitido factos relevantes para a decisão da causa;
 - c) Tiver praticado omissão grave do dever de cooperação;
 - d) Tiver feito do processo ou dos meios processuais um uso manifestamente reprovável, com o fim de conseguir um objectivo ilegal, impedir a descoberta da verdade, entorpecer a acção da justiça ou protelar, sem fundamento sério, o trânsito em julgado da decisão.
3. (...)”; (sub. nosso).

Como se deixou relatado, entendeu a Mm^a Juiz “a quo” que com o pedido que fez de apensação de processos, deduziu o recorrente pretensão cuja manifesta falta de fundamento não devia ignorar, e, por isso, decidiu condená-lo como litigante de má-fé, nos termos do citado artº 385º, nº 1 e 2, al. a) do C.P.C.M., impondo-lhe uma multa de 10 UCs.

Vejamos.

Desde logo, cabe frisar que não é pelo facto de não prever o C.P.P.M. qualquer preceito relativo à “litigância de má-fé” que ela não existe em processo de natureza penal, como é o caso dos presentes autos.

Como se decidiu no douto Ac. do T.U.I. de 28.09.2001 tirado no Proc.

nº 12/2001, “por meio do artº 4º do código de Processo Penal, torna-se aplicável ao processo penal o artº 385º do Código de Processo Civil relativo à litigância de má-fé”

Aí, consignou-se também que “condenar actos de litigância de má-fé tem por objectivo permitir o andamento do processo com regularidade e justiça e ... evitar o abuso do processo”.

E, como em recente Acórdão deste T.S.I. se afirmou:

“Compreende-se, como escreveu o Prof. A. dos Reis que «o processo é uma luta – e esta supõe necessariamente, calor, emoção, entusiasmo, transporte e arrebatamento» (in Rev. Leg. e Jurisp., 59ª-51).

Sabe-se, ainda com aquele Mestre, que é natural que, às vezes «brotam descortesias, frases equivocadas e críticas escusadas» (in Rev. Leg. e Jurisp., 64ª-15).

Mas é também assente a existência de limites éticos e deontológicos em que se deve conter a pugna judiciária”; (cfr. Ac. deste T.S.I. de 30.05.2002, Proc. nº 119/01).

Assim, atento o estatuído no referido artº 385º do C.P.C. e tendo em conta o entendimento afirmado – que temos como adequado – debruçemo-nos sobre a questão em apreciação.

Normalmente – ou, felizmente, na maioria dos casos – as partes

exercem os seus direitos processuais e acatam os respectivos deveres sem que venham a ser “censuradas”, a não ser quanto à sorte (procedência ou improcedência) das suas pretensões.

Todavia, casos há em que se impõe ao Tribunal, não apenas uma decisão quanto à questão ou questões que lhe são submetidas à apreciação e decisão, mas também quanto à conduta ou postura pela parte tida ou assumida no âmbito do pleito.

Assim sucede, como regra geral, quando um sujeito processual, tenha, no processo, um comportamento desenvolvido com o intuito de prejudicar a outra parte, ou para perverter o normal prosseguimento dos autos, desde que tal conduta lhe seja imputável a título de dolo ou – agora, no âmbito do C.P.C.M. – negligência grave.

No fundo, garante-se, amplamente, os direitos de acção e de defesa – pois que a Lei não exige que perante a pretensão de uma parte, a outra, a ela se entregue sem luta – mas impõe-se aos que os pretendam exercer, que o façam pautando as suas condutas pelas regras de cooperação intersubjectiva, pela lealdade e boa fé processual; (cfr., v.g., A. Furtado dos Santos no seu estudo “A punição dos litigantes de má-fé no direito pátrio” in, B.M.J. 4º-44, Célia Ribeiro, no seu estudo “Do dolo em geral e do dolo instrumental, em especial no processo civil”, in, R.O.A., Ano 9º, nº 3 e 4, pág. 83 e segs., e, mais recentemente, e também, desenvolvidamente, António Santos Abrantes Geraldes in “Temas Judiciários”, I Volume, pág. 303).

De facto, dúvidas não pode haver, que as relações jurídico privadas devem conformar-se às regras da boa fé.

Neste sentido, o Insigne Professor Baptista Machado, no seu estudo “tutela da confiança e venire contra factum próprio”, depois de se referir ao significado profundo do princípio da boa fé nas relações entre os homens e de afirmar que o princípio da confiança é um princípio ético-jurídico fundamentalíssimo, “não podendo a ordem jurídica deixar de tutelar a confiança legítima baseada na conduta de outrém”, salienta que:

“(…) poder confiar é uma condição básica de toda a convivência pacífica e da cooperação entre os homens. Mais ainda: esse poder confiar é condição básica da própria possibilidade da comunicação dirigida ao entendimento, ao consenso e à cooperação (logo, da paz jurídica)”; (in, Rev. Leg. e Jurisp., ano 117º, pág.292).

Sobre as partes impende, ao cabo e ao resto, um dever geral de boa fé; (cfr. neste sentido, A. Varela in, Manual de Processo Civil, 2ª ed., pág. 477), traduzindo-se, essencialmente, a má fé processual, na utilização abusiva do processo e na violação do dever de agir com verdade e probidade, isto é, o dever de, não formular pedidos ilegais, não articular factos contrários à verdade, nem requerer diligências meramente dilatórias.

Aqui chegados, e, obviamente, tendo em conta o preceituado no artº 385º do C.P.C.M., detenhamo-nos na verificação se deduziu o recorrente pretensão cuja manifesta falta de fundamentação não devia ignorar.

Como deixamos relatado – e afigura-se-nos adequado agora relembrar – o ora recorrente, em 21.01.2002 após ser nomeado defensor oficioso do arguido “B” no P.C.C. 062-01-3, alegando que “compulsada a acusação do presente processo, verifica que a maior parte dos factos por que o arguido vem acusado correspondem exactamente aos mesmos por que se encontra acusado num outro processo nº PCC-110-01-1 que corre termos pelo 1º Juízo deste doutro Tribunal e que se encontra na mesma fase processual”, pediu a apensação dos referidos processos.

Porém, veio-se a verificar – e assim demonstram os autos – que no âmbito do dito PCC-110-01-1, tal arguido “B”, não se encontra nem acusado nem pronunciado, sendo aí o recorrente, advogado constituído de um outro arguido (“C”), tendo nesta qualidade, intervindo, (nomeadamente), no debate instrutório, que teve lugar no dia 18.12.2001, tendo também sido notificado da pronúncia a final proferida pela Mmº J.I.C., no qual figuravam apenas como arguidos o referido “C”, “D” e “E”.

Perante esta factualidade, que resposta dar a questão colocada?

Creemos que, atento o argumento invocado, a manifesta falta de fundamentação da requerida apensação de processos, não pode deixar de ser patente, pois, não sendo (o arguido) “B” (do P.C.C. 062-01-3), também arguido no PCC-110-01-1, afigura-se-nos que sem grande esforço, será de assim concluir.

E, então, seria (ou devia ser) tal facto do conhecimento do recorrente?
Cremos dever ser também afirmativa a nossa resposta.

Com efeito, sendo o recorrente advogado constituído do arguido “C” no âmbito do PCC-110-01-1, e tendo em 18.12.2001, quando em fase de instrução, intervindo no debate instrutório do mesmo, tendo também sido notificado do despacho de pronúncia, como dizer-se que, em 21.01.2002, (decorridos pouco mais que um mês) ignorava que o arguido “B”, de quem tinha sido nomeado defensor oficioso, (no âmbito do P.C.C. 062-01-3), nem sequer acusado ou pronunciado naquele outro processo estava?

Admitindo-se que não tenha agido com dolo, não terá agido com negligência grave, “olvidando-se” de factos que profissionalmente lhe diziam respeito e que tinham ocorrido há pouco mais de um mês?

Afirmando peremptoriamente no requerimento que deduziu serem “exactamente” os mesmos os factos pelos quais estava acusado?

Afigura-se-nos ser, ressalvado o respeito por opinião diversa, bastante óbvia – e sem necessidade de outras considerações – a sua “negligência grave” quando com a fundamentação que apresentou, requereu a apensação de processos.

Todavia, mesmo que assim se não entenda, outro aspecto importa ponderar.

É que alega, agora, o recorrente, (em sede de recurso), que “na altura da formulação do seu requerimento não estava em condições de saber, com certeza e segurança, se o “B” também era arguido no PCC-110-01-1 ou não”, dado que, “nessa altura ainda não havia sido notificado da tradução da acusação e da pronúncia deduzidas no PCC-110-01-1”; (cfr. conclusões 7ª e 8ª).

Ora, não alcançamos como é que, tendo estado presente no debate instrutório e tendo sido notificado do despacho de pronúncia proferido no âmbito do dito PCC-110-01-1, não saiba que o arguido “B” não fora aí acusado e/ou pronunciado.

Mas, pior que isso – que não parece pouco – é o facto de vir agora, reconhecer que quando deduziu o pedido, não tinha a certeza, nem estava seguro dos fundamentos do mesmo.

A ser assim, estaria em condições de afirmar – como o fez – que o arguido para cuja defesa foi nomeado defensor, estava também acusado no outro processo e com “exactamente” os mesmos factos?

Não constituirá (também) tal postura “negligência grave”?

Alega ainda o recorrente que o adiamento foi determinado pelo Tribunal, e por isso, alheio é em relação a tal decisão.

Ora, é certo que foi o Tribunal que assim decidiu e, também sem dúvida, poderia (ou deveria) certificar-se das razões para tal adiamento.

Porém, (para além de se não dever deixar de considerar as

“dificuldades de agenda”), importa atentar que o Tribunal, também não deve partir do princípio que os pedidos que lhe são feitos são infundados, contrários à boa fé e à necessária e sã cooperação entre todos os intervenientes processuais.

E assim, não obstante dele ser a decisão, não nos parece de censurar ou sequer de se lhe imputar os “motivos” do adiamento.

Posto isso, nesta parte – na que considerou o recorrente como litigante de má fé – não merece reparo a decisão recorrida.

— E, então, quanto à decisão de condenação em multa?

Aqui, importa consignar o seguinte:

O arguido “B”, como se viu, estava a ser julgado à sua revelia.

O ora recorrente, foi, antes de declarada aberta a audiência, nomeado seu defensor oficioso.

Assim, e como bem decidiu a Exm^a Juiz “a quo”, não tendo sido possível “qualquer contacto prévio com esse arguido” não se afigura lícito imputar-se-lhe a conduta em análise àquele.

Mas poderia o Tribunal condenar (“directamente”) o ora recorrente?

Vejamos.

Como se viu, o artº 385º do C.P.C.M. refere-se à “parte” e não ao seu mandatário ou, como no caso sucede, ao defensor oficioso. (cfr. nº 1).

Quanto à má fé do mandatário, estatui o artº 388º que:

“Quando se reconheça que o mandatário da parte teve responsabilidade

pessoal nos actos pelos quais se revelou a má fé na causa, dá-se conhecimento do facto ao organismo representativo dos advogados para que este possa aplicar as sanções respectivas e condenar o mandatário na quota-parte das custas, multa e indemnização que lhe parecer justa”; (sub. nosso).

Perante isto, que dizer da decisão de condenação proferida?

Creemos, pois, atento o preceituado no dito artº 388º, que não devia o Tribunal “a quo” condenar o ora recorrente da forma como o fez.

Devia, antes, perante um juízo de (possibilidade de) litigância de má fé, comunicar à Associação de Advogados de Macau, para que aí, em adequado processo, fosse decidida tal questão; (cfr., nesse sentido, Ac. do S.T.J. de 09.07.86, Proc. nº 038002; da Rel. Porto de 02.07.96, Proc. nº 9520966 ainda do S.T.J. de 11.03.99, Proc. no 99A148 e de 12.10.99, Proc. nº 99A750).

Nesta conformidade, impõe-se revogar a decisão recorrida na parte que decidiu condenar o ora recorrente na multa de 10 UCs, mantendo-se o juízo de litigância de má fé naquela proferido.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos explanados, em conferência, acordam conceder parcial provimento ao recurso, revogando-se o despacho recorrido na parte e nos exactos termos ora consignados.

Pelo decaimento, pagará o recorrente a taxa de justiça que se fixa em 3 UCs.

Após trânsito, remeta-se certidão do presente acórdão à Associação de Advogados de Macau.

Macau, aos 27 de Junho de 2002

José Maria Dias Azedo (Relator) – Chan Kuong Seng – Lai Kin Hong